

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES IDEOLÓGICAS E SOCIAIS

REFLECTIONS ON THE IDEOLOGICAL AND SOCIAL RELATIONS

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Waghma Fabiana Borges Rodrigues¹

O livro *Ideologias e Ciência social: elementos para uma análise marxista* escrito por Michael Löwy é o resultado de um ciclo de conferências realizado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC de São Paulo, que visava a discussão e reflexões sobre as relações ideologia/ciência social. Michael Löwy desenvolveu as conferências a partir de um questionamento: “é possível eliminar as ideologias do processo de conhecimento científico?”, assim, faz um percurso metodológico na busca de respostas à questão proposta, considerando, o tema geral do ciclo de conferências que foi a relação entre ideologia, conhecimento, prática social e política.

Dessa forma, visando um embasamento contundente em suas ideias, Michael Löwy, lança mão de três grandes correntes do pensamento contemporâneo ocidental: o positivismo, o historicismo e o marxismo. Vale ressaltar que, ao final de cada capítulo, Löwy descreve o debate que fora promovido no final da conferência, no qual interessantes questionamentos foram elaborados, demonstrando a interação do grupo, em que o autor responde essas questões numa linguagem desenvolta, podendo dessa forma, tirar algumas dúvidas que também podem ser as do leitor.

No primeiro capítulo intitulado *Ideologia*, o autor trata da relação entre ideologia e o conhecimento, ou a ideologia e as ciências sociais. Logo no início do texto, Löwy deixa claro que conceituar ideologia não é uma tarefa fácil, pois há muitas contradições, paradoxos, ambiguidades e equívocos intrínsecos a essa conceituação. Esclarece que o conceito de ideologia não vem de Marx, ele apenas a retomou, quem inventou esse conceito foi um filósofo francês pouco conhecido, chamado Destutt de Tracy. A ideologia, de acordo com Tracy, “é o estudo científico das ideias e as ideias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Mato Grosso. Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso. Campus de Colíder, Mato Grosso. Brasil. waghma@gmail.com

meio ambiente. É, portanto, um subcapítulo da zoologia (que estuda o comportamento dos organismos vivos)”. Tracy entra em conflito com Napoleão, e muda o sentido anterior do termo, para Napoleão essa palavra já tem um sentido diferente, e declara que os “ideólogos são metafísicos, que fazem abstração da realidade, [...]” (p. 11).

Assim é o caminho tortuoso do termo ideologia: “começa com sentido atribuído por Destutt, que depois é modificado por Napoleão e, em seguida, é retomado por Marx que, por sua vez, lhe dá outro sentido”. Segundo o autor, Marx “amplia o conceito e fala das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real”. Para Marx, ideologia é um “conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes” (p. 11 e 12).

Consequente, entra em cena Lenin, que apesar de compactuar com as ideias de Marx, atribui sentido diferente ao termo, para Lenin “ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política”, vincula-se “aos interesses de certas classes sociais” e ressalta, que “existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária”. Desse modo, ideologia “deixa de ter o sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem em Marx, e passa a designar simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe” (p. 12).

Löwy apresenta Karl Mannheim, um famoso sociólogo, que procura distinguir os conceitos de ideologia e de utopia. Para Mannheim, “ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida”. Mannheim acrescenta que “utopia, ao contrário, são aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente” (p. 12 e 13).

Löwy propõe uma análise dialética de uma visão de mundo, como a categoria do movimento perpétuo, da transformação permanente de todas as coisas. O autor argumenta que na dialética não existe nada fixo, nada absoluto, tudo está sujeito a um movimento contínuo na história.

No segundo capítulo intitulado **Positivismo**, Löwy formula uma espécie de síntese das ideias do positivismo, selecionando-as em três ideias principais:

- A sociedade humana é regulada por leis naturais que independem da vontade do homem.

Deste modo, a pressuposição fundamental do positivismo é de que essas leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política, são do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural (p. 38).

- Os métodos utilizados para estudar a vida social devem ser os mesmos utilizados para o estudo do mundo natural, ou seja, a metodologia usada nas ciências sociais devem ser iguais aos da ciência da natureza;
- As ciências sociais, assim como as ciências da natureza devem ser livres de juízos de valor, ideologias e visões sociais de mundo.

Significa que a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo (p. 39).

Desse modo, “a ideia fundamental do método positivista é de que a ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar totalmente qualquer interferência desses preconceitos ou prenoções” (p. 39).

Löwy apresenta, de forma sequencialmente lógica, as ideias de Condorcet e seu discípulo Saint-Simon. Condorcet, argumenta que a dificuldade e a lentidão do progresso do conhecimento social era devido aos objetivos que tocavam nos interesses religiosos e/ou políticos. E, Saint-Simon, o primeiro a utilizar o termo positivo aplicado na ciência, buscou estudar a sociedade com um olhar biológico, para ele, a ciência social tem por modelo a fisiologia.

Na sequência, surge Augusto Comte, que seguia os mesmos preceitos dos anteriores, porém defende que em seu método deve prevalecer a defesa da ordem social. Dessa forma, Comte retira o caráter revolucionário da ciência social e passa a ter um caráter conservador, ou seja, acabando com a crítica e a negatividade, mantendo apenas o pensamento positivo.

A obra apresenta também as ideias de Émile Durkheim, nas quais o positivismo passa a ter um caráter científico e burguês, cuja premissa é a objetividade e a negação dos conflitos. Max Weber problematiza alguns pontos do positivismo, como a influência do método biológico nas ciências

sociais e defende com firmeza que a ciência social deve ser livre de juízos de valor.

No terceiro capítulo intitulado *Historicismo*, o autor considera que é um erro negligenciar ou ignorar a existência da terceira corrente, esta, porém, “não se assemelha nem ao positivismo nem ao marxismo, mas pode ser articulada tanto com a primeira quanto com a segunda”. O autor revela que Karl Mannheim, é um dos representantes do historicismo e “que é também o fundador da sociologia do conhecimento como disciplina científica” (p. 75).

Löwy expõe que o historicismo parte de três hipóteses fundamentais na teoria do conhecimento social, a saber:

- Qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido dentro da história, através da história, em relação ao processo histórico;
- Existe uma diferença fundamental entre os fatos históricos ou sociais e os fatos naturais. Em consequência, as ciências que estudam estes dois tipos de fatos, o fato natural e o fato social, são ciências de tipos qualitativamente distintos;
- Não só o objeto da pesquisa é histórico, está imerso no fluxo da história, como também o sujeito da pesquisa, o investigador, o pesquisador, está, ele próprio, imerso no curso da história, no processo histórico (p. 76).

Löwy tece comentários a respeito das ideias de Droysen, que por sua vez, ataca a ideia de que a ciência histórica possa ser uma ciência completamente objetiva. “Ele chama a isso de ‘objetividade de eunucos’, castrados, isto é, só ao castrado considerava neutro: o historiador verdadeiro não é neutro”, é a primeira afirmação do relativismo, “não existe uma verdade objetiva, neutra, existem verdades que resultam de um ponto de vista particular, vinculado a certas convicções políticas e religiosas” (p. 77 e 78) [grifo do autor].

Löwy também fala sobre Wilhelm Dilthey, informando ser este, o primeiro representante desse giro relativista que deu ao historicismo. Dilthey começou a escrever suas principais obras no fim do século XIX e continuou no início do século XX. Dilthey foi grande influente nas ciências sociais na cultura alemã, chegando, até certa medida, ao marxismo, e “sua primeira contribuição foi sua insistência na distinção entre ciências naturais

e ciências sociais” (p. 79).

Segundo Löwy, a última forma do historicismo é a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, um pensador húngaro, de cultura alemã, que foi muito influenciado por Lúkas. E quando Lúkas foi ministro da Cultura nomeou Mannheim catedrático de filosofia da universidade, mas, logo se desvincularam, e seus caminhos revelaram outros pensamentos, influenciados por outras pessoas (p. 86).

Mannheim dá um avanço enorme ao historicismo, que até então falava em períodos históricos, em culturas nacionais, em culturas religiosas. E assim, argumenta que:

O conceito de classe não aparecia porque para o idealismo alemão historicista, não era um conceito importante. Importante era a cultura, a religião, a nacionalidade, a pátria. Mannheim introduz, então, uma injeção de materialismo histórico, de marxismo e afirma que o conhecimento não é só historicamente relativo, mas é também socialmente relativo, em relação a certos interesses, a certas posições, a certas condições do ser social, particularmente, das classes sociais (p. 87).

No quarto capítulo intitulado **Marxismo**, Löwy apresenta uma série de textos que Marx escreveu sobre ideologia, encontrados no livro *A Ideologia Alemã*, e demais obras como: *18 Brumário* de Luis Bonaparte, *A Miséria da Filosofia*, *O Capital*, *A Teoria da Mais Valia*. Segundo Löwy, Marx observa que quem

cria as ideologias são as classes sociais: o processo de produção da ideologia não se faz ao nível dos indivíduos, mas das classes sociais. Os criadores das visões de mundo, das superestruturas, são as classes sociais, mas quem as sistematiza, desenvolvem, dá-lhes forma de teoria, de doutrina, de pensamento elaborado, são os representantes políticos ou literários da classe; os escritores, os líderes políticos etc.; são eles que formulam sistematicamente essa visão de mundo, ou ideologia, em função dos interesses da classe (p. 104 e 105).

O autor afirma que essa observação de Marx “se aplica aos representantes políticos e literários, e acrescenta, a seus representantes científicos. O conceito de ‘representante científico de classe’ também se

encontra em Marx”. Para o escritor alemão, “ciência e representação científica de classe não são contraditórias. É possível fazer ciência a partir de uma relação dialética entre ciência e representação de classe” (p. 105).

A relação e articulação entre representação de classe, ponto de vista de classe e produção científica pode ser detalhada através do texto de *O Capital* e do texto de *A Teoria da Mais Valia*, porém Marx não sistematizou sua teoria, o que se encontra são observações pontuais, e é preciso unir os textos de forma coerente, verificar o que está implícito e interpretá-los. Löwy reafirma que para Marx, não há contradição entre o ponto de vista de classe e o conhecimento científico.

Marx ressalta que “a obra dos clássicos tem grande valor científico, eles vão às raízes dos problemas econômicos, percebem as contradições que existem na realidade”. E ainda argumenta que “[...] Os economistas clássicos reconhecem que todo valor é produzido pelo trabalho” (p. 107). O economista clássico e o vulgar são burgueses, porém a teoria do clássico tem mais valor que do outro. Para Marx, os economistas considerados vulgares e cujas obras desconsideradas no meio científico, eram aqueles que defendiam a propriedade privada e servidores da classe dominante.

Marx analisa que o pensador burguês David Ricardo era um representante teórico da burguesia, cuja obra era situada dentro da perspectiva burguesa; quando Marx compara a obra de Ricardo, um progressista que ignora certos aspectos da realidade, à obra de Sismondi, um economista suíço do século XIX; observa que Sismondi apresenta ideias mais revolucionárias à medida que criticava os fundamentos do capitalismo, mostrando que o avanço do capitalismo conseqüentemente gerava pobreza, desemprego, desigualdade social e exploração. Portanto, fica notório que o capitalismo sempre traz crises, agravado a miséria da maioria da população e por isso, Sismond, era considerado inimigo do progresso, por achar que quanto mais progresso, mais a situação do povo piorava. Marx recusa tudo isso, pois não acredita na possibilidade de se voltar ao passado, e isso o faz acreditar no progresso, no desenvolvimento das forças produtivas, porém diz que é preciso maior reflexão e assim atribui devida importância na análise crítica de Sismondi.

Löwy acrescenta que Ricardo vê todas as vantagens do progresso capitalista e Sismondi só as desvantagens, chega à conclusão de que cada um vê um elemento da realidade, porém numa visão dialética, há que se perceber ambos os aspectos. Marx compara a obra de Sismondi à obra de Malthus e acusa o último de plágio pela proximidade do pensamento dos

dois, alegando que a obra de Malthus não tem valor científico. Malthus, assim como Ricardo representa os interesses da classe dominante, é um passadista retrógrado, reacionário, já Sismondi é de uma volta ao passado numa perspectiva do camponês, do artesão, das classes populares. Malthus é ideológico e Sismondi crítico-utópico, e de certa forma, ele é um precursor do socialismo utópico. Marx declara que “da mesma maneira que esses economistas são representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária” (p. 113).

Para Löwy, Marx defende que seu ponto de vista sobre o proletariado está vinculado à uma classe social determinada. E, assim, o autor define o conceito de proletariado, segundo o ponto de vista de Marx, que descreve: “na medida em que a minha crítica da economia política representa uma classe, não pode ser senão a classe cuja missão histórica é a destruição do modo de produção capitalista e a abolição final das classes, isto é, o proletariado” (p. 114).

Finalizando, o percurso que Löwy faz nesta obra, leva o leitor a refletir sobre as três grandes correntes: o positivismo, o historicismo, o marxismo e a relação entre ideologia, conhecimento, prática social e política. Leva-o a perceber que “não existe ciência pura de um lado, e a ideologia de outro, existem diferentes pontos de vista de classe”. Löwy relembra a concepção de Althusser que disse que Marx, como Lavoisier, criou uma nova ciência, declara que um erro, de tipo positivista, mas que se encontra em alguns momentos também no marxismo, é o de considerar que ciência não tem nada a ver com a ideologia, ou com luta de classes. Assim, a melhor forma de analisar a relação entre ideologia e ciência, evitando equívocos reducionistas ou positivistas, é utilizando o método dialético.

Data de recebimento: 27.05.2013

Data de aceite: 09.06.2014